

As Relações entre os Subsistemas Conjugal e Parental durante a Transição Para a Parentalidade¹

Isabela Machado da Silva²
Rita de Cássia Sobreira Lopes³

Resumo

Neste estudo, discute-se a relação entre os subsistemas conjugal e parental durante a transição para a parentalidade, a partir de uma perspectiva influenciada tanto pela Teoria Familiar Sistêmica, como pela Psicologia do Desenvolvimento. Autores de diferentes escolas da área da terapia de família dedicaram-se à compreensão desse tema, defendendo a inter-relação desses dois subsistemas. Estudos empíricos corroboram essa ideia ao afirmarem que conjugalidade e parentalidade tendem a se influenciar mutuamente e no mesmo sentido: bons relacionamentos conjugais favoreceriam a adaptação do casal diante da transição para a parentalidade, assim como a relação entre pais e filhos, enquanto bons relacionamentos coparentais favoreceriam a conjugalidade. Destaca-se a necessidade de considerar as especificidades e a complexidade da transição para a parentalidade, quando as fronteiras entre os subsistemas ainda estão se constituindo.

Palavras-chave: *transição para a parentalidade; relação conjugal; sistemas familiares.*

The Relationship between Marital and Parental Subsystems during the Transition to Parenthood

Abstract

¹ Trabalho originado a partir da revisão de literatura realizada para a dissertação de mestrado e para o projeto de tese de doutorado da primeira autora, sob orientação da segunda. As autoras agradecem ao apoio do CNPq e da CAPES para a realização deste trabalho.

² Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de doutorado da CAPES.

³ Doutora em Psicologia pela Universidade de Londres. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de produtividade do CNPq.

In this study we discuss the relationship between the marital and the parental subsystems during the transition to parenthood from a perspective influenced both by Family Systems Theory and by Developmental Psychology. Authors from different approaches in the family therapy field devoted themselves to the study of this subject, postulating the interrelatedness of these two subsystems. Empirical studies support this idea and argue that marital and parental relations tend to influence each other reciprocally and in the same direction: good marital relations help the couple to adapt to the transition to parenthood, and to enhance the relationship between parents and children; good coparental relations tend to support marital relations. We highlight the need to acknowledge the peculiarities and the complexity of the transition to parenthood, when the boundaries between the subsystems are still being building.

Keywords: *transition to parenthood; marital relations; family systems.*

A Teoria Familiar Sistêmica traz, entre seus pressupostos, a ideia de que a família é composta por uma série de subsistemas interdependentes (Minuchin, 1985). Os subsistemas se referem a agrupamentos de pessoas que exercem determinadas funções ou que pertencem a um mesmo sexo ou geração, como, por exemplo, os subsistemas conjugal e parental (Minuchin, 1980/1990).

O subsistema conjugal tem início quando dois adultos se unem com o propósito de constituir uma família, momento em que se encontram os diferentes conjuntos de valores e experiências trazidos por cada um. Entre as principais funções do subsistema conjugal, está a de propiciar aos cônjuges um espaço de satisfação de suas necessidades psicológicas, de apoio mútuo e de refúgio frente às demandas cotidianas (Minuchin, 1980/1990; Minuchin & Fishman, 1981/1990).

O subsistema parental, por sua vez, constitui-se diante da chegada do primeiro filho, a qual marca um novo nível de configuração familiar. Esses novos pais devem diferenciar suas funções para responderem tanto às necessidades de cuidado da criança como às necessidades de apoio mútuo dos cônjuges, passando a fazer parte simultaneamente tanto do subsistema parental como do conjugal (Minuchin, 1980/1990). Considerando-se a ideia de que os subsistemas são interdependentes (Minuchin, 1985), pode-se esperar que os relacionamentos no subsistema conjugal influenciem os relacionamentos no subsistema parental, ao mesmo tempo em que são influenciados por estes (Minuchin, 1980/1990; Minuchin & Fishman, 1981/1990).

É provável, no entanto, que a forma como esses subsistemas se rela-

cionam tenda a ser influenciada pelo momento do ciclo vital em que a família se encontra (Cox, Paley, & Harter, 2001). A família é um sistema aberto e, como tal, deve se adaptar às diferentes demandas com que se depara, as quais são oriundas tanto do contexto em que vive, como do desenvolvimento de seus próprios membros (Andolfi, Angelo, Menghi, & Nicolò-Corigliano, 1983/1989; Minuchin, 1985; Minuchin & Fishman, 1981/1990). O casal passa, dessa forma, por uma série de ajustes, sendo que esses momentos de transição podem constituir tanto uma ameaça para a relação, como uma oportunidade para o seu desenvolvimento (Pittman, 1987).

Nesse contexto, o presente artigo discutirá as relações entre os subsistemas conjugal e parental no momento de transição para a parentalidade, a partir de uma perspectiva influenciada tanto pela Teoria Familiar Sistêmica, como pela Psicologia do Desenvolvimento. Com esse propósito, apresentaremos inicialmente uma revisão das diferentes conceitualizações sobre o tema propostas por autores da área da Terapia Familiar. Em seguida, serão abordadas as principais hipóteses que orientam estudos contemporâneos e serão revisados estudos sobre as relações entre conjugalidade e parentalidade durante a gravidez e após o nascimento do bebê.

A terapia familiar diante da relação entre conjugalidade e parentalidade

Teóricos de diferentes escolas reforçaram a importância de considerar as relações entre conjugalidade e parentalidade. Exemplo disso é Salvador Minuchin, criador da Terapia Familiar Estrutural, que postula a organização da família em diferentes subsistemas, os quais se influenciam mutuamente (Minuchin, 1980/1990). De forma coerente a essa ideia, esse autor destacou como o estresse de um ou mais membros tende a ultrapassar as fronteiras que delimitam os subsistemas conjugal e parental. Fronteiras são as regras que definem a composição e a forma de participação de cada membro nos diferentes subsistemas familiares e que, conseqüentemente, determinam a forma como esses subsistemas se relacionam, sendo importantes para que os mesmos possam exercer suas funções de forma adequada. Para isso, acredita-se que as fronteiras devem ser nítidas sem serem excessivamente permeáveis – para evitarem intrusões indevidas – ou rígidas – para não dificultarem as trocas e a adaptação dos membros (Minuchin, 1980/1990).

Para Minuchin (1980/1990), “muitas vezes, conflitos não resolvidos dos esposos são carregados para dentro da área da educação infantil, porque o casal não pode separar as funções parentais das funções conjugais” (p. 42 – grifo nosso). As dificuldades surgem, porém, quando o filho é recorrentemente utilizado para regular as tensões existentes no subsistema

conjugal. Nesse contexto, os filhos podem ser envolvidos de diferentes maneiras nos conflitos entre seus pais: (a) estes podem exigir constantemente que o filho tome o partido de um ou de outro, colocando a criança em uma situação paralisante em que cada comportamento é tomado por um dos pais como um ataque, (b) através da formação de coalizões estáveis entre um dos pais e o filho, em que há uma união contra o outro progenitor e (c) pela constituição de desvios, em que os pais mantêm sua relação em uma “harmonia ilusória” (p. 101) ao se focarem exclusivamente nas dificuldades da criança e não em seu próprio relacionamento.

A interdependência da conjugalidade e da parentalidade encontra-se presente também nos escritos de Virgínia Satir, um dos principais expoentes da Terapia Familiar Experiencial (Nichols & Schwartz, 1998). Diferentemente de Minuchin (1980/1990), porém, essa autora destacou a importância da autoestima e da confiança entre os cônjuges ao discutir os efeitos das “decepções conjugais” nos filhos (Satir, 1967/1993, p. 55). Segundo ela, parceiros que apresentam uma autoestima reduzida e pouca confiança mútua tendem a esperar que o filho venha a demonstrar seu valor e a aliviar os conflitos conjugais. O conflito conjugal dificultaria a compreensão das funções parentais, havendo uma disputa pela preferência do filho decorrente da falta de confiança no afeto do outro e do temor de ser rejeitado. Nesse contexto, destacar-se-iam três possíveis expectativas quanto à função do filho na família: (a) a de que ele represente um aliado frente ao companheiro; (b) a de que ele funcione como um mensageiro, que possibilite a comunicação do casal e (c) a de que ele pacifique a relação. Nesse contexto, se um parceiro se sentir preterido pela criança em relação ao outro, o mesmo pode estender o conflito a ela, prejudicando, assim, o exercício de suas funções parentais. Segundo Satir, o conflito conjugal tende a se manifestar de diferentes formas na relação com os filhos, sendo que os parceiros tanto podem se unir para representar e combater, na criança, o conflito existente, como podem utilizá-la como forma de atingir um ao outro.

Bowen – que, em seu trabalho, destacou a importância da história da família para a compreensão de sua dinâmica (Vasconcellos, 2007) – assinalou que a forma como o relacionamento conjugal influencia o relacionamento entre pais e filhos depende do grau de diferenciação do self daqueles. O conceito de diferenciação, para Bowen (1976), refere-se à capacidade de distinguir o funcionamento intelectual e o emocional, sendo determinado pelas experiências que a pessoa vivenciou em sua família de origem. Pessoas com um menor nível de diferenciação tenderiam a ser dominadas por suas emoções, o que favoreceria ações mais reativas ao meio, assim como uma maior dependência emocional e a busca constante pela aprovação e

pelo afeto daqueles que lhes são próximos. Assim, quanto menor o nível de diferenciação em um casal, maior o nível de fusão emocional presente no casamento, o que favorecia o surgimento de triangulações, ou seja, processos em que um terceiro elemento – no caso, o filho – é incorporado ao conflito entre duas pessoas como forma de aliviar a tensão e estabilizar a relação existente (Kerr & Bowen, 1988). De acordo com esses autores, a inclusão de um terceiro em uma situação de conflito pode se dar de diferentes maneiras, como através da formação de alianças ou quando o terceiro assume um papel ativo diante do conflito apresentado, como, por exemplo, quando um filho apresenta dificuldades justamente no momento em que o nível de ansiedade presente no relacionamento dos pais aumenta, levando a uma mudança no foco de atenção dos pais e conseqüentemente a uma redução na ansiedade entre eles.

Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008), terapeutas de família com formação psicanalítica (Vasconcellos, 2007), também sugeriram que sintomas observados no subsistema parental podem ser provocados por conflitos não resolvidos no subsistema conjugal e vice-versa, havendo a existência de um “entrelaçamento consciente e inconsciente entre os sistemas (individual, conjugal, parental e da família extensa)” (p. 298). Esses autores destacaram a importância das experiências vivenciadas na família de origem ao abordarem essa relação, de forma que o conhecimento acerca dessas experiências auxiliaria a compreensão tanto das relações conjugais como das parentais. A influência da família de origem seria percebida já no momento de escolha do cônjuge, em que este seria eleito a partir da expectativa idealizada de compensação das carências emocionais vivenciadas na própria família. No entanto, diante da frustração dessa expectativa e da insatisfação com o relacionamento conjugal, os parceiros tenderiam a buscar, nos filhos, a gratificação dessas necessidades insatisfeitas. Assim, de forma semelhante ao que propõe a teoria de Bowen (Kerr & Bowen, 1988), o envolvimento dos filhos nos conflitos familiares seria favorecido pela falta de elaboração da separação emocional em relação à família de origem, visto que esses indivíduos permaneceriam extremamente leais e comprometidos a esta, mesmo que inconscientemente. Nesse contexto, seria possível observar a parentalização dos filhos, quando os pais apresentam dificuldades em executar suas funções parentais, a colocação de um ou mais dos filhos no papel de bode expiatório, a atuação destes como mediadores nos conflitos familiares ou, ainda, uma configuração de isolamento da relação conjugal, em que os parceiros, em função de uma relação demasiado fusionada, perceberiam as necessidades emocionais dos filhos como uma intromissão em seu relacionamento, negligenciando-

-as e prejudicando a autoestima dessas crianças.

A partir da revisão dessas diferentes perspectivas, é possível perceber semelhanças e diferenças. Em comum, surge a ideia de que dificuldades no relacionamento entre pais e filhos podem estar relacionadas a dificuldades conjugais, criando-se um contexto em que a criança pode ser envolvida de diferentes formas no conflito de seus pais. No entanto, esses autores também trouxeram uma série de contribuições particulares à compreensão de como esses subsistemas se relacionam. Assim, Satir (1967/1993) destacou a importância de atentar não apenas para os conflitos e comportamentos manifestos, mas também para aspectos afetivos, tais como a confiança entre os cônjuges e sua autoestima. Já Bowen (Bowen, 1976; Kerr & Bowen, 1988), Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008) destacaram a importância das experiências vivenciadas na família de origem e a forma como estas influenciam o indivíduo em seu desenvolvimento. Percebe-se, portanto, que os elementos propostos por essas diferentes abordagens se complementam, podendo auxiliar o processo de avaliação do terapeuta quando este recebe uma família.

Embora essas concepções tenham se originado a partir do trabalho desses autores junto a famílias com dificuldades, as contribuições oriundas do campo da Terapia Familiar figuram entre as principais bases teóricas de estudos que investigam as relações entre conjugalidade e parentalidade (Grych, 2002). Juntamente a outras teorias, como a Teoria da Aprendizagem Social e os estudos sobre estresse e coping, embasaram o desenvolvimento das três principais hipóteses discutidas na abordagem desse tema: (a) o spill-over, (b) a compensação e (c) a compartimentalização (Erel & Burman, 1995; Grych, 2002; Krishnakumar & Buehler, 2000), as quais serão apresentadas a seguir.

Diferentes hipóteses a respeito das relações entre conjugalidade e parentalidade

A primeira dessas hipóteses, denominada Spill-over (Erel & Burmann, 1995), refere que os sentimentos expressos em um subsistema são influenciados, na mesma direção, pelos sentimentos vivenciados nos demais. Assim, um relacionamento conjugal em dificuldades, por exemplo, favoreceria o surgimento de dificuldades também no subsistema parental (Erel & Burmann, 1995), havendo um “transbordamento” (Mosmann & Wagner, 2008, p. 05) das características de um relacionamento para os demais. Entre as justificativas para tal fenômeno, encontra-se a de que, em casais que passam por dificuldades conjugais, a redução do apoio mútuo e o aumento das tensões

vivenciadas prejudicariam a disponibilidade dos pais para compreenderem e responderem às necessidades de seus filhos (Grych, 2002).

A Hipótese Compensatória, por outro lado, sugere uma relação inversa entre a qualidade do relacionamento conjugal e a qualidade do relacionamento pais-filhos. Ou seja, de acordo com essa hipótese, um relacionamento conjugal em dificuldades poderia contribuir para um relacionamento mais próximo entre um dos cônjuges e os filhos. Nesse contexto, um dos pais buscaria satisfazer, no relacionamento com o filho, suas necessidades de afeto que não têm sido correspondidas na relação conjugal (Erel & Burmann, 1995; Grych, 2002). De acordo com esses autores, esse comportamento pode ser relacionado a conceitos como os de triangulação ou de coalizões intergeracionais, o que levantaria questionamentos quanto a seus possíveis efeitos no desenvolvimento da criança, uma vez que seu motivador seriam as necessidades dos pais e não as dos filhos (Grych, 2002). No entanto, este mesmo autor chama a atenção para o fato de que estudos têm sugerido que o maior envolvimento de um dos pais com o filho pode também representar uma tentativa de compensar dificuldades já existentes no relacionamento do parceiro com a criança.

A Hipótese da Compartimentalização, por sua vez, defende que os pais seriam capazes de separar o que acontece em cada subsistema. Assim, as fronteiras existentes entre o subsistema conjugal e o parental conteriam os efeitos de possíveis conflitos (Krishnakumar & Buehler, 2000).

Em meta-análises que revisaram estudos sobre as relações entre conjugalidade e parentalidade, Erel e Burmann (1995), assim como Krishnakumar e Buehler (2000), encontraram evidências que corroboram o spill-over. A presença de conflito entre os cônjuges prejudicaria diferentes dimensões do relacionamento entre pais e filhos, especialmente no que se refere a manifestações de aceitação e à utilização de práticas disciplinares consideradas severas (Krishnakumar & Buehler, 2000). Conforme assinalaram Cox et al. (2001), a utilização de medidas mais severas pode representar tanto um deslocamento da raiva sentida pelo cônjuge em direção à criança, como uma tentativa de compensar a situação de caos vivenciada em função do conflito conjugal com a adoção de uma postura mais rígida junto aos filhos. Da mesma forma, poderiam ser encontradas, nesse contexto, práticas permissivas ou inconsistentes, as quais estariam relacionadas justamente ao estado de confusão e de pouca disponibilidade emocional vivenciada por esses pais em função de seus conflitos conjugais.

Apesar da ênfase na inter-relação conjugalidade/parentalidade, também se tem levantado a possibilidade de que as semelhanças observadas nesses dois subsistemas estariam relacionadas não apenas à sua influência

mútua, mas também a fatores comuns que influenciariam simultaneamente os relacionamentos desenvolvidos em ambos. Assim, questões como a personalidade, os estilos relacionais e o próprio desenvolvimento individual adquiririam especial relevância (Grych, 2002). As teorias de Bowen (1976; Kerr & Bowen, 1988), Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008) podem ser associadas a essa concepção por terem destacado como os relacionamentos vivenciados na família de origem tendem a influenciar tanto a forma como os pais se relacionam entre si quanto a maneira como eles se relacionam com os filhos.

No entanto, embora pareça haver um predomínio dos processos de spill-over, não se deve negar que a dinâmica de algumas famílias seja mais bem caracterizada por processos de compensação ou compartimentalização (Belsky & Fearon, 2004; Krishnakumar & Buehler, 2000). Nesse sentido, Belsky e Fearon identificaram três tipos de famílias no que se refere à interação entre conjugalidade e parentalidade: (a) aquelas em que há concordância entre a qualidade do relacionamento conjugal e a qualidade do relacionamento pais-filho (75%), (b) aquelas em que haveria um bom relacionamento pais-filhos, mas um relacionamento conjugal em dificuldades (19%) e (c) aquelas em que haveria um bom relacionamento conjugal, mas um relacionamento pais-filhos em dificuldades (6%). Essas diferenças ressaltam a necessidade de compreender o que distingue essas famílias (Belsky & Fearon, 2004; Krishnakumar & Buehler, 2000).

Independentemente da hipótese considerada, porém, é importante não ignorar a fase do ciclo vital em que o casal e a família como um todo se encontram (Cox et al., 2001). O momento de transição para a parentalidade, por exemplo, caracteriza-se por uma série de especificidades que podem influenciar o relacionamento do casal. Em termos emocionais, a transição para a parentalidade permite a reelaboração de relacionamentos e experiências passadas (Colarusso, 1990), criando um contexto em que se altera a forma como os cônjuges veem a si mesmos e a própria relação (Stern, 1997). Do ponto de vista sistêmico, tornam-se necessários ajustes que permitam a criação de um espaço para a entrada desse novo membro (Carter & McGoldrick, 1995). Todas essas mudanças fazem com que autores como Pittman (1987) considerem essa como uma das transições mais estressantes para o casal. Essas questões serão discutidas nas próximas sessões.

A conjugalidade e a parentalidade durante a gravidez

Diferentes teóricos da Psicologia do Desenvolvimento destacaram as

modificações vivenciadas pelos pais diante da chegada do bebê à família. Durante a gravidez, observa-se um trabalho de adaptação tanto físico como psicológico à chegada desse bebê (Brazelton, 1988). De acordo com Brazelton, a gravidez possibilita à mãe tempo para aprender sobre si mesma e sobre seu novo papel, enquanto revive e reavalia experiências relacionadas à sua própria infância, o que desperta uma série de sentimentos ambivalentes. Nesse período, portanto, muito da atenção da mãe está voltada à realização dessa tarefa de se adaptar e de manejar os diversos sentimentos vivenciados, o que tende a levá-la a se voltar mais a si mesma e a afastar-se de seus interesses e de suas funções cotidianas. Para o pai, esse também é um período de emoções conflitantes. A reaproximação com as experiências vivenciadas na infância, assim como dúvidas a respeito de sua capacidade para sustentar a família, para prover apoio à esposa e para conciliar o trabalho e o novo papel de pai tendem a ser comuns nesse período (Brazelton & Cramer, 1992). Dado esse turbilhão de mudanças vivenciadas pelo casal, não é surpreendente que se percebam também alterações em sua relação. De acordo com Corrêa (2011), as aquisições características dessa fase do desenvolvimento individual adulto estariam relacionadas ao impacto da transição para a parentalidade sobre a relação conjugal.

Estudos empíricos demonstraram mudanças percebidas pelo casal em sua relação durante a gravidez. Alterações foram constatadas em diferentes dimensões da relação conjugal⁴:

(a) Coesão (Olson, 1991): Entre as mudanças mencionadas pelos estudos sobre o tema, encontra-se a percepção de maior união entre os cônjuges em função da gravidez. Esse resultado foi constatado tanto por Piccinini, Gomes, Nardi e Lopes (2008), em um estudo com gestantes que conceberam naturalmente, como por Silva e Lopes (2011), em um estudo de caso com casais que conceberam com o auxílio de técnicas de reprodução assistida.

No estudo realizado por Fitzpatrick, Vangelisti e Firman (1994), constatou-se ainda que as esposas relataram um aumento no apoio recebido dos cônjuges em função da gravidez, enquanto os maridos afirmaram que passaram a oferecer mais apoio às suas esposas. Esse envolvimento por parte dos futuros pais também foi observado por Piccinini, Silva, Gonçalves, Lopes e Tudge (2004). A maior parte dos participantes do estudo realizado por esses autores relatou oferecer apoio emocional e material às

⁴ Para uma descrição detalhada desses estudos, os leitores podem recorrer a Silva (2009).

suas esposas, assim como acompanhá-las a ecografias e consultas pré-natais, considerando essas atividades como uma forma de participar desse período. Piccinini et al. (2008), por sua vez, identificaram a satisfação das esposas frente ao apoio oferecido por seus companheiros na realização das atividades domésticas. No entanto, os autores chamam atenção para o fato de que alguns pais ainda evidenciam dificuldades no que se refere ao envolvimento emocional com a gestação e o bebê, não o percebendo como real (Piccinini et al., 2004).

Um aumento na preocupação com o cônjuge em função da gravidez foi outra mudança percebida pelos participantes do estudo de Fitzpatrick et al. (1994). Piccinini et al. (2008), observaram, porém, nos relatos de gestantes, incômodo em função de os maridos tentarem controlar suas atividades diárias. Dessa forma, é possível imaginar que, dependendo da forma como é expressada, a preocupação dos maridos pode constituir um tema de conflito para o casal.

(b) Comunicação⁵ (Snyder, Cozzi & Mangrum, 2006): A esse respeito, Fitzpatrick et al. (1994) constataram um aumento no número de conflitos entre os cônjuges durante a gravidez. No estudo realizado por Piccinini et al. (2008), as gestantes relataram uma maior irritabilidade no início da gravidez e ciúmes do marido, frente a outras mulheres ou ao próprio bebê, o que poderia estar relacionado a esse aumento no número de conflitos. Essa, no entanto, é uma questão controversa, visto que outros autores identificaram que gestantes relataram menos conflitos do que mulheres sem filhos (Hackel & Ruble, 1992) e normas populacionais (Perren, Wyl, Bürgin, Simoni, & Klitzing, 2005).

(c) Sexualidade: Diferentes estudos relataram modificações na sexualidade do casal durante a gravidez. Entre elas, redução da frequência sexual (Fitzpatrick et al., 1994; Sidow, 1999), da duração das atividades sexuais (Lech & Martins, 2003) e do interesse sexual (Sidow, 1999), assim como aumento nos cuidados durante a relação sexual (Lech & Martins, 2003) e maior ocorrência de dificuldades sexuais (Sydow, 1999). Essas mudanças foram relacionadas ao medo de machucar o bebê (Piccinini et al., 2008; Sydow et al., 1999), à ocorrência de contrações uterinas (Sydow et al., 1999), ao incômodo com o tamanho da barriga (Lech & Martins, 2003), à preocupação com a própria aparência ou com a satisfação do cônjuge (Sydow, 1999) e ao fato de o bebê passar a constituir o principal interesse

⁵O conceito de comunicação utilizado neste trabalho refere-se àquele proposto por Snyder et al. (2006), os quais defendem que a comunicação engloba dois processos principais: a resolução de conflitos e a expressão de sentimentos positivos e negativos.

do casal (Lech & Martins, 2003; Piccinini et al., 2008). Por outro lado, Lech e Martins, em um estudo qualitativo, também identificaram relatos de maior atração pela esposa, por parte dos maridos, e de maior completude do ato sexual por parte das esposas.

(d) Satisfação conjugal (Mosmann & Wagner, 2008): A satisfação conjugal constitui outra questão controversa nos estudos acerca dos efeitos da parentalidade sobre a conjugalidade durante a gravidez. Ao mesmo tempo em que há autores que defendem uma maior satisfação conjugal nesse período (Perren et al. 2005), também há aqueles que destacaram como esse momento pode ser difícil para uma parcela considerável dos casais. De acordo com Hackel e Ruble (1992), 38% dos homens cuja esposa estava grávida se referiram ao relacionamento conjugal ao falarem sobre os pontos negativos do período vivenciado, mencionando questões tais como a vida sexual e as mudanças no humor da esposa. Brown (1994), por sua vez, identificou que, em 37% das famílias que participaram de seu estudo, ao menos um dos cônjuges relatou vivenciar problemas conjugais, sendo que esses participantes mostraram-se também menos satisfeitos com o apoio de seus parceiros.

Percebe-se em comum entre esses diferentes estudos que abordam a gestação a ideia de que se trata de um momento marcante tanto para o indivíduo, como para o casal e sua família. Nesse contexto, sugere-se que diferentes dimensões da relação conjugal – tais como a coesão, a comunicação, a sexualidade e a satisfação sexual – tenderiam a ser afetadas. No entanto, há divergências a respeito de em que direção dar-se-iam essas influências. Ou seja, se a gestação contribuiria para o aumento ou para a diminuição dos conflitos, ou se favoreceria ou dificultaria o apoio entre os cônjuges. Esses resultados sugerem a necessidade de atentar às particularidades do casal, assim como levantam a hipótese de que outros fatores podem influenciar a forma como cada casal responderá a essa transição, o que será discutido nas sessões seguintes.

A conjugalidade e a parentalidade após o nascimento do bebê

Após o nascimento do bebê, tem continuidade o período de adaptação de ambos os pais, em um processo em que tanto eles como o bebê se desenvolvem reciprocamente (Benedek, 1970/1983). A maior tendência da mãe a voltar-se para si mesma durante a gravidez pode ser substituída, no pós-parto, por um estado de sensibilidade aumentada que lhe permite reconhecer e responder às necessidades de seu bebê. Winnicott (1956/1993) nomeou esse estado de “preocupação materna primária” e

caracterizou como normal esse período temporário em que a preocupação da mãe com seu bebê tende a suplantar todas as demais. Durante esse período, a principal função do pai seria justamente a de dar apoio à mãe para que ela possa se voltar a esse estado sem maiores preocupações (Stern, 1997). Dessa forma, ao se analisar a relação conjugal durante a transição para a parentalidade, é necessário estar atento ao fato de que, em determinados momentos, a preocupação e os cuidados com o bebê serão centrais à dinâmica de funcionamento da família e, conseqüentemente, do casal (Marks, 1989).

Diversos estudos empíricos têm constatado o surgimento de dificuldades no relacionamento conjugal durante esse período, especialmente no que se refere à satisfação conjugal, à coesão do casal, especificamente no que se refere aos sentimentos em relação ao parceiro, e à sua comunicação, no que tange aos conflitos e padrões de interação do casal (Belsky, Lang & Rovine, 1985; Belsky & Rovine, 1990; Bouchard, Boudreau, & Hébert, 2006; Cox, Paley, Burchinal, & Payne, 1999; Delmore-Ko, Pancer, Hunsberger, & Pratt, 2000; Hackel & Huble, 1992; Lawrence, Nylén, & Cobb, 2007; Miller & Sollie, 1980; Perren et al., 2005; Shapiro, Gottman, & Carrere, 2000; Wallace & Gotlib, 1990). Belsky e Rovine (1990) destacaram, no entanto, que, embora haja essa tendência, esse movimento não é observado em todos os casais, sendo que existiriam, inclusive, aqueles que relatariam uma melhora em sua relação durante esse período.

Na tentativa de compreender essas diferenças, estudos têm destacado fatores relevantes na forma como cada casal vivencia sua relação conjugal durante a transição para a parentalidade: (a) as expectativas apresentadas pelos cônjuges durante a gravidez, sendo que expectativas consideradas idealizadas constituiriam uma potencial fonte de dificuldades (Delmore-ko et al., 2000; Hackel & Ruble, 1992; Lawrence et al., 2007); (b) as experiências vivenciadas na família de origem, especificamente a relação conjugal dos próprios pais (Curran et al., 2006; Perren et al., 2005); (c) o planejamento da gravidez – embora os resultados desses estudos sejam contraditórios quanto à sua direção (Belsky & Rovine, 1990; Bouchard et al., 2006; Cox et al., 1999); (d) as características pessoais dos pais, em que os níveis de desajustamento psicossocial constituiriam um fator de risco (Hernandez & Hutz, 2009), e (e) a qualidade da relação conjugal antes da gravidez, de forma que casais que se mostram mais satisfeitos ou com uma maior qualidade conjugal durante a gravidez tendem a também mostrar-se dessa forma após o nascimento do bebê (Menezes & Lopes, 2007; Shapiro et al., 2000). A maneira como o casal reagirá diante da transição para a parentalidade parece estar relacionada, assim, à interação de uma grande diversidade de

fatores (Belsky & Rovine, 1990; Cox et al. 1999; Wallace & Gotlib, 1990), o que demonstra a complexidade dessa experiência⁶.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a parentalidade influencia a conjugalidade nesse período, a relação desenvolvida pelo casal até esse momento parece constituir a base sobre a qual cada um exercerá sua parentalidade (Bell et al., 2007) e sobre a qual construirão sua aliança como parceiros na criação do filho, ou seja, sua aliança coparental (Van Egeren, 2004). De acordo com o estudo realizado por Bell et al., nas primeiras semanas após o nascimento, haveria uma grande interdependência na forma como os pais lidam com seu bebê, sendo esse período marcado pela busca de similaridades e afinidades entre o casal e seu bebê, assim como por uma indefinição de fronteiras entre os subsistemas. Segundo esses autores, durante esse período, os pais desenvolveriam novas formas de estarem juntos, o que constituiria a base para a reorganização do sistema. Com o passar do tempo, haveria uma diferenciação gradual das relações em direção à especialização e integração dos papéis.

Lee e Doherty (2007), por sua vez, destacaram a importância da conjugalidade para o envolvimento do pai com seu bebê. De acordo com os dados obtidos por esses autores, pais que se mostraram mais ajustados em seu relacionamento conjugal tenderam a se envolver mais com o bebê, demonstrando mais afeto e apoio emocional, assim como mais sincronia nas interações diádicas e menos intrusividade. Segundo os autores, esse maior envolvimento por parte dos pais pode ser compreendido também como uma forma desses homens demonstrarem seu afeto e seu companheirismo em relação à esposa.

Estudos empíricos têm demonstrado também a relação entre a conjugalidade e o desenvolvimento da coparentalidade. O conceito de coparentalidade se refere basicamente à forma como os parceiros se relacionam na execução de seus papéis parentais (Gable, Belsky, & Crnic, 1992; Margolin, Gordis, & John, 2001), o que remete, segundo alguns autores, às relações estabelecidas entre os adultos que compõem o subsistema parental ou executivo proposto por Minuchin (Lamela, Nunes-Costa, & Figueiredo, 2010; McHale et al., 2002). Van Egeren (2004) constatou que os níveis de interações consideradas construtivas ou demonstradoras de apoio evidenciadas antes do nascimento do bebê mostraram-se diretamente relacionadas às interações coparentais observadas após o nascimento, especialmente para as mulheres. De acordo com suas palavras, esses resultados sugerem

⁶ Para uma descrição detalhada desses estudos, os leitores podem recorrer a Silva (2009).

que pais com melhores habilidades relacionais tendem a contribuir para a reorganização do subsistema conjugal, assim como tendem a oferecer maior apoio a seus cônjuges, o que favoreceria as relações coparentais. A autora também observou uma relação direta entre a satisfação conjugal e a satisfação com a coparentalidade. No entanto, ela constatou que melhoras na percepção da coparentalidade estariam associadas a pioras na percepção da conjugalidade e vice-versa. Tais achados sugeririam que, por vezes, a manutenção de uma dimensão do relacionamento poderia se dar às custas de outras. A manutenção do relacionamento coparental, por exemplo, poderia demandar menor investimento na intimidade do casal.

Talbot, Baker e McHale (2009) corroboraram esses resultados ao demonstrarem que a qualidade do relacionamento conjugal anterior ao nascimento do bebê mostrou-se relacionada à percepção de coesão coparental quando o bebê estava com três meses, mas não à ocorrência de conflitos no que tange à coparentalidade. Segundo os autores, a presença de conflito nessa fase pode ser compreendida como um estado temporário de desequilíbrio, relacionado à organização dessa nova estrutura familiar, sendo, portanto, esperada e independente da qualidade da relação conjugal.

No entanto, cabe destacar que a relação entre coparentalidade e conjugalidade parece ser bidirecional. Em estudo em que acompanharam famílias ao longo dos cinco primeiros anos de vida de seus primogênitos, Belsky e Hsieh (1998) constataram que os processos coparentais diferenciam a forma como cada casal percebe sua conjugalidade durante a transição para a parentalidade. Segundo esses autores, a ausência de apoio do parceiro no exercício da parentalidade pode elevar os níveis de conflito conjugal e reduzir os sentimentos de amor, ao mesmo tempo em que dificuldades no relacionamento conjugal podem contribuir para enfraquecer a aliança coparental.

Os resultados obtidos por outros estudos, porém, destacam a importância de atentar a outros fatores que possam influenciar a coparentalidade nesse momento. Expectativas pessimistas (McHale et al., 2004) ou idealizadas (Curran, Hazen, & Mann, 2009) foram apontadas como possíveis fontes de dificuldade. De acordo com Curran et al., aqueles que apresentam expectativas idealizadas a respeito da parentalidade tendem a se decepcionar e a, conseqüentemente, oferecer menos apoio a seus parceiros no exercício dessa função, talvez por culparem-nos pela frustração de suas expectativas. No entanto, esse efeito variou de acordo com as representações de casamento apresentadas. Aqueles que conviveram com dificuldades no relacionamento conjugal de seus pais, mas que demonstraram a capacidade de compreendê-las e de buscar evitar esses problemas

em suas próprias relações mostraram-se mais propensos a apoiar seus cônjuges mesmo diante da frustração de suas expectativas. No que se refere ao temperamento da criança, Schoppe-Sullivan, Mangelsdorf, Brown e Sokolowski (2007) sugeriram que a relação coparental de casais que já vivenciavam dificuldades conjugais antes do nascimento do bebê tenderia a se mostrar mais vulnerável diante de desafios como uma criança com temperamento mais difícil.

Os estudos sobre a relação entre conjugalidade e parentalidade após o nascimento do bebê têm demonstrado a influência mútua entre esses dois subsistemas. De forma geral, a transição para a parentalidade tem sido relacionada a dificuldades na relação conjugal. No entanto, questões tais como expectativas, experiências na família de origem, a história do casal e as características individuais de cada cônjuge parecem mediar a forma como se dará esse impacto. Ao mesmo tempo, a hipótese do spill-over parece se confirmar no que se refere à relação entre conjugalidade, parentalidade e coparentalidade, sendo que também neste caso, os terapeutas devem considerar aspectos como as expectativas e as experiências vivenciadas na família de origem.

Considerações finais

Esse estudo teve como objetivo discutir a relação entre os subsistemas conjugal e parental no momento de transição para a parentalidade, a partir da revisão de teorias e estudos empíricos sobre o tema. Espera-se que a integração desses dados contribua para a prática clínica junto a esses casais, assim como para incentivar a realização de novos trabalhos sobre essa questão tão presente na vida das famílias.

Os resultados obtidos pelos estudos empíricos sobre o tema corroboram a ideia de interdependência dos subsistemas conjugal e parental. Os estudos evidenciam a complexidade das relações existentes, chamando a atenção para a necessidade de considerar a diversidade de experiências vivenciadas pelos casais durante esse período. Recorrer a uma variada gama de fatores parece ser necessário para compreender a forma como cada casal vivencia esse momento, de forma que a experiência desses casais deve ser sempre contextualizada.

No entanto, identificam-se, entre esses estudos, duas abordagens principais: (a) a investigação de tendências gerais, ou seja, como a média dos casais vivencia esse momento e (b) a análise de diversos aspectos parciais dessa vivência, como as expectativas, as características individuais e a satisfação conjugal. Embora conhecer os diferentes fatores que podem

influenciar e serem influenciados pela parentalidade nesse momento de inauguração seja importante para visualizar a complexidade desse fenômeno, torna-se necessário integrar esses diferentes achados a partir de uma proposta que busque compreender a experiência desses casais como um todo e os processos subjacentes às mudanças vivenciadas (Bell et al., 2007; Davies, Sturge-Apple, Woitach, & Cummings, 2009; Erel & Burman, 1995), ao invés de um enfoque predominante em seus resultados e efeitos.

O estudo das relações entre conjugalidade e parentalidade constitui um tema cuja relevância se evidencia não apenas pela importância dessas relações na vida dos membros de uma família (Wagner & Levandowski, 2008), mas também por seu impacto no desenvolvimento das crianças que crescem nesses ambientes (Fincham & Hall, 2005; Zimet & Jacob, 2002) e dos adultos que seguem sua trajetória ao longo do ciclo vital (Colarusso, 1990; Stern, 1997). Conforme assinalaram Lopes, Vivian, Oliveira, Pereira e Piccinini (no prelo), diversos estudos têm demonstrado como a chegada e o crescimento de um filho trazem importantes mudanças para cada um dos membros de uma família, que, gradativamente, se adaptam às necessidades evolutivas dessa criança e, assim, desenvolvem-se juntamente com ela.

Nesse momento de inauguração da parentalidade, quando este novo subsistema é construído – assim como as fronteiras que o delimitam (Minuchin, 1980/1990), a necessidade de reorganização leva a um período em que a indefinição das fronteiras constitui um elemento necessário para que a família possa desenvolver novas formas de interagir (Bell et al., 2007). Trata-se de um período em que as fronteiras e os limites encontram-se difusos em todos os subsistemas que constituem a família. O bebê está em busca de si mesmo e, conseqüentemente, estabelecendo suas próprias fronteiras, enquanto a mãe se encontra em um estado de identificação com esse bebê para poder compreender suas necessidades (Winnicott, 1956/1993), não sendo claras as fronteiras entre ambos. Ao mesmo tempo, pais e mães experimentam uma grande proximidade com suas histórias, ao reavaliarem suas experiências infantis para assumirem o papel parental (Brazelton, 1988; Colarusso, 1990), atenuando os limites entre passado e presente. Finalmente, as fronteiras que diferenciam os subsistemas conjugal e parental ainda precisam ser construídas, visto que esta está sendo recém sendo inaugurada. Portanto, é de grande importância que estudos e profissionais que lidam com a conjugalidade e a parentalidade neste período considerem as especificidades desse estágio evolutivo para poderem compreender os processos através dos quais se constroem essas fronteiras e a relação entre esses subsistemas que se constituem.

Referências

- Andolfi, M., Angelo, C., Menghi, P., & Nicolò-Corigliano, A. M. (1989). *Por trás da máscara familiar: Um novo enfoque em terapia da família*. Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1983).
- Bell, L., Goulet, C., Tribble, D. S., Paul, D., Boisclair, A., & Tronick, E. Z. (2007). Mothers' and fathers' views of the interdependence of their relationships with their infant: A systems perspective on early family relationships. *Journal of Family Nursing, 13*(2), 179-200.
- Belsky, J., & Fearon, R. M. P. (2004). Exploring marriage-parenting typologies and their contextual antecedents and developmental sequelae. *Development and Psychopathology, 16*, 501-523.
- Belsky, J., & Hsieh, K. (1998). Patterns of marital change during the early childhood years: parent personality, coparenting, and division of labor correlates. *Journal of Family Psychology, 12*(4), 511-528.
- Belsky, J., & Rovine, M. (1990). Patterns of marital change across the transition to parenthood: Pregnancy to three years postpartum. *Journal of Marriage and the Family, 52*(1), 5-19.
- Belsky, J., Lang, M. E., & Rovine, M. (1985). Stability and change in marriage across the transition to parenthood: A second study. *Journal of Marriage and the Family, 47*, 855-865.
- Benedek, T. (1983). La familia como campo psicológico. Em E. J. Antony, & T. Benedek, *Parentalidad* (pp. 119-145). Buenos Aires: Amorrortu (Original publicado em 1970).
- Boszormenyi-Nagy, I., & Spark, G. M. (2008). *Lealtades invisibles: Reciprocidad en terapia familiar intergeneracional*. Buenos Aires: Amorrortu (Original publicado em 1973).
- Bouchard, G., Boudreau, J., & Hébert, R. (2006). Transition to parenthood and conjugal life: Comparisons between planned and unplanned pregnancies. *Journal of Family Issues, 27*(11), 1512-1531.
- Bowen, M. (1976). Theory in the practice of psychotherapy. Em P. J. Guerin, Jr. (Org.), *Family therapy: Theory and practice* (pp. 42-90). New York: Gardner Press.
- Brazelton, T. B. (1988). *O desenvolvimento do apego: Uma família em formação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brazelton, T. B., & Cramer, B.G. (1992). *As primeiras relações*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brown, M. A. (1994). Marital discord during pregnancy: A family systems approach. *Family Systems Medicine, 12*(3), 221-234.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar:*

- Uma estrutura para a terapia familiar. In B. Carter, & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 07-29). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Colarusso, C. A. (1990). The third Individuation: The effect of biological parenthood on separation-individuation processes in adulthood. *Psychoanalytic Study of the Child*, 45, 179-194.
- Corrêa, C. N. (2001). *A transição do casal para a parentalidade*. Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Cox, M. J., Paley, B., & Harter, K. (2001). Interparental conflict and parent-child relationships. Em J. H. Grych, & Fincham, F. D. (Orgs.), *Interparental conflict and child development: Theory, Research, and Applications* (pp. 249-272). New York: Cambridge University Press.
- Cox, M., Paley, B., Burchinal, M., & Payne, C. C. (1999). Marital perceptions and interactions across the transition to parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 611-625.
- Curran, M. A., Hazen, N. L., & Mann, T. (2009). Representations of marriage and expectations of parenthood: Predictors of supportive coparenting in first-time parents. *Parenting: Science and Practice*, 9, 101-122.
- Davies, P. T., Sturge-Apple, M. L., Woitach, M. J., & Cummings, E. M. (2009). A process analysis of the transmission of distress from interparental conflict to parenting: Adult relationship security as an explanatory mechanism. *Developmental Psychology*, 45(6), 1761-1773.
- Delmore-Ko, P., Pancer, S. M., Hunsberger, B., & Pratt, M. (2000). Becoming a parent: The relation between prenatal expectations and postnatal experience. *Journal of Family Psychology*, 14(4), 625-640.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118(1), 108-132.
- Fincham, F. D., & Hall, J. H. (2005). Parenting and the marital relationship. In T. Luster & L. Oganaki (Eds), *Parenting: An ecological perspective* (pp. 205-234). Hillsdale: Erlbaum.
- Fitzpatrick, M. A., Vangelisti, A. L., & Firman, S. M. (1994). Perceptions of marital interaction and change during pregnancy: A typological approach. *Personal Relationships*, 1, 101-122.
- Gable, S., Belsky, J., & Crnic, K. (1992). Marriage, parenting, and child development: Progress and prospects. *Journal of Family Psychology*, 5(3&4), 276-294.
- Grych, J. H. (2002). Marital relationships and parenting. In M. H. Bornstein

- (Org.), *Handbook of parenting: Social conditions and applied parenting* (pp. 203-225). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.
- Hackel, L. S., & Ruble, D. N. (1992). Changes in the marital relationship after the first baby is born: Predicting the impact of expectancy disconfirmation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62(6), 944-957.
- Hernandez, J. A. E., & Hutz, C. S. (2009). Transição para a parentalidade: Ajustamento conjugal e emocional. *Psico*, 40(4), 414-421.
- Kerr, M. E., & Bowen, M. (1988). *Family evaluation: The role of the family as an emotional unity that governs individual behavior and development*. New York: W. W. Norton & Company.
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, 49(1), 25-44.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205-216.
- Lawrence, E., Nylen, K., & Cobb, R. J. (2007). Prenatal expectations and marital satisfaction over the transition to parenthood. *Journal of Family Psychology*, 21(2), 155-164.
- Lech, M. B., & Martins, P. C. (2003). Oscilações no desejo sexual no período gestacional. *Estudos de Psicologia*, 20(3), 37-46.
- Lee, C. S., & Doherty, W. J. (2007). Marital satisfaction and fathers involvement during the transition to parenthood. *Fathering*, 5(2), 75-96.
- Lopes, R. C. S., Vivian, A. G., Oliveira, D. S., Pereira, C. C., & Piccinini, C. A. (no prelo). Desafios para a maternidade decorrentes da gestação e do nascimento de um segundo filho. In C. A. Piccinini & P. Alvarenga (Orgs.), *Maternidade e paternidade: A parentalidade em diferentes contextos*.
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3-21.
- Marks, S. R. (1989). Towards a systems theory of marital quality. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 15-26.
- McHale, J. P., Khazan, I., Erera, P., Rotman, T., DeCoursey, W., & McConnell, M. (2002). Coparenting in diverse family systems. In M. H. Bornstein (Org.), *Handbook of parenting: Being and becoming a parent* (pp. 75-107). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.
- McHale, J. P., Kazali, C., Rotman, T., Talbot, J., Carleton, M., & Lieberman, R. (2004). The transition to coparenthood: Parents' prebirth expectations and early coparental adjustment at 3 months postpartum. *Development and Psychopathology*, 16, 711-733.
- Menezes, C. C., & Lopes, R. C. S. (2007). Relação conjugal na transição

- para a parentalidade: Gestação até dezoito meses do bebê. *Psico – USF*, 12(1), 83-93.
- Miller, B. C., & Sollie, D. L. (1980). Normal stresses during the transition to parenthood. *Family Relations*, 29, 459-465.
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56, 289-302.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1980).
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (1990). *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas. Original published in 1981.
- Mosmann, C. P., & Wagner, A. (2008). Dimensiones de la conyugalidad y de la parentalidad: Un modelo correlacional. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, 10, 79 -103.
- Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (1998). *Terapia familiar: Conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed.
- Olson, D. H. (1991). Tipos de família, estrés familiar y satisfacción com la familia: Uma perspectiva del desarrollo familiar. In C. Falicov (Org.), *Transiciones de la familia: Continuidad y cambio en el ciclo de vida* (pp. 99-129). Buenos Aires: Amorrortu.
- Perren, S., Wyl, A. V., Bürgin, D., Simoni, H., & Klitzing, K. V. (2005). Intergenerational transmission of marital quality across the transition to parenthood. *Family Process*, 44(4), 441-459.
- Perren, S., Wyl, A. V., Simoni, H., Stadlmayr, W., Bürgin, D., & Klitzing, K. V. (2003). Parental psychopathology, marital quality, and the transition to parenthood. *American Journal of Orthopsychiatry*, 73(1), 55-64.
- Piccinini, C. A., Gomes, A. G., Nardi, T. D., & Lopes, R. S. (2008). Gestação e a constituição da maternidade. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 63-72.
- Piccinini, C. A., Silva, M. R., Gonçalves, T. R., Lopes, R. C. S., & Tudge, J. (2004). O envolvimento paterno durante a gestação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 303-314.
- Pittman, F. S. (1987). *Turning points: Treating families in transition and crisis*. New York: W. W. Norton & Company.
- Satir, V. (1993). *Terapia do grupo familiar*. Rio de Janeiro: Francisco Alves (Original publicado em 1967).
- Schoppe-Sullivan, S. J., Mangelsdorf, S. C., Brown, G. L., & Sokolowski, M. S. (2007). Goodness-of-fit in family context: Infant temperament, marital quality, and early coparenting behavior. *Infant Behavior & Development*, 30, 82-96.
- Shapiro, A. F., Gottman, J. M., & Carrère, S. (2000). The baby and the marriage: Identifying factors that buffer against decline in marital satisfaction

- after the first baby arrives. *Journal of Family Psychology*, 14(1), 59-70.
- Silva, I. M. (2009). *A relação conjugal durante a gravidez no contexto da reprodução assistida*. Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Silva, I. M., & Lopes, R. C. S. (2011). Relação conjugal no contexto de reprodução assistida: O tratamento e a gravidez. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 449-457.
- Snyder, D. K., Cozzi, J. J., & Mangrum, L. F. (2006). Conceptual issues in assessing couples and families. Em H. A. Liddle, D. A. Santisteban, R. F. Levant & J. H. Bray (Orgs.), *Family psychology: Science-based interventions* (pp. 69-87). Washington: American Psychological Association.
- Stern, D. N. (1997). *A constelação da maternidade: O panorama da psicoterapia pais/bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Sydow, K. (2009). Sexuality during pregnancy and after childbirth: A metacontent analysis of 59 studies. *Journal of Psychosomatic Research*, 47(1), 27-49.
- Szejer, M., & Stewart, R. (1997). *Nove meses na vida da mulher: Uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Talbot, J. A., Baker, J. K., & McHale, J. P. (2009). Sharing the love: Prebirth adult attachment status and coparenting adjustment during early infancy. *Parenting: Science and Practice*, 9, 56-77.
- Van Egeren, L. A. (2004). The development of the coparenting relationship over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal*, 25(5), 453-477.
- Van Egeren, L. A., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, 11(3), 165-178.
- Vasconcellos, M. J. E. (2007). Panorama das abordagens transgeracionais em terapia familiar. In J. G. Aun, M. J. E. Vasconcellos, & S. V. Coelho (Eds.), *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: Vol. II – O processo de atendimento Sistêmico* (pp. 230-258). Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.
- Wagner, A., & Levandowski, D. C. L. (2008). Sentir-se bem em família: Um desafio frente à diversidade. *Textos & Contextos*, 7, 88-97.
- Wallace, P. M., & Gotlib, I. H. (1990). Marital adjustment during the transition to parenthood: Stability and predictors of change. *Journal of Marriage and the Family*, 52(1), 21-29.
- Winnicott, D. W. (1993). *A família e o desenvolvimento individual*. Martins

Fontes: São Paulo (Original publicado em 1965).

Winnicott, D. W. (1993). Preocupação materna primária. In D. W. Winnicott (Ed.), *Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise* (pp. 491-498). Rio de Janeiro: Francisco Alves (Original publicado em 1956).

Zimet D. M., & Jacob T. (2001). Influences of marital conflict on child adjustment: Review of theory and research. *Clinical Child and Family Psychology Review* 4, 319-35.

Endereço para correspondência

isabela.ms@gmail.com

Enviado em 16/12/2012

1ª revisão em 09/05/2012

Aceito em 14/06/2012